

A INTERIORIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA SOCIAL: UMA ANÁLISE DO INTERIOR PAULISTA

Leonardo Andrade¹
Hélio Braga Filho²

RESUMO

Na América Latina, a escalada da violência, notadamente a taxa de homicídios entre jovens, é suficientemente elevada para classificá-la como epidêmica. No Brasil, a situação não é tão diferente, entretanto, o fenômeno que outrora era mais pronunciado nas áreas metropolitanas, deslocou-se para o interior, redesenhando desta maneira, uma nova geografia da violência. Além disto, a pesquisa baseou-se em indicadores demográficos e sociais cujo propósito foi verificar se existe alguma relação causal deles com este fenômeno. Em relação aos procedimentos metodológicos, o artigo baseou-se na pesquisa bibliográfica cujo conteúdo abordou as causas da violência, como também, apoiou-se no emprego de indicadores demográficos e sociais, cujo propósito foi o de verificar possível relação causal com o problema de homicídios entre jovens de 15 a 29 anos de idade. A pesquisa conclui que bons indicadores sociais podem contribuir positivamente para a redução dos homicídios, contudo não são suficientes para explicar suas causas.

Palavras Chave: Violência Social. Homicídios. Desigualdade Social.

THE INTERIORIZATION SOCIAL VIOLENCE: AN ANALYSIS OF INTERIOR PAULISTA

ABSTRACT

In Latin America, the escalation of violence, especially the murder rate among young people, is high enough to classify it as epidemic. In Brazil, the situation is not so different, however, the phenomenon that was more pronounced in metropolitan areas, moved to the interior, redesigning this way, a new geography of violence. In addition, the survey was based on demographic and social indicators whose purpose was to determine if there is any causal link with this phenomenon. Regarding the methodological procedures, the article was based on literature whose contents addressed the causes of violence, but also relied on the use of demographic and social indicators, whose purpose was to investigate possible causal relationship to the homicide problem among young people 15-29 years old. The research

¹ Mestre em Desenvolvimento Econômico Regional pelo Centro Universitário de Franca (Uni-FACEF); Especialização em Gestão Financeira e Controladoria pela Fundação Getúlio Vargas – FGV (2003); Graduação em Comércio Exterior pela Universidade de Franca – UNIFRAN (2001); Atualmente, professor na Faculdade de Ciências Gerenciais (FACIG). São Paulo. Brasil. E-mail: leo.hca@gmail.com

² Possui graduação em Ciências Econômicas pelo Uni-FACEF (1977), mestrado em Administração pelo Uni-FACEF (2000) e doutorado em Serviço Social pela Faculdade de História, Direito e Serviço Social - UNESP (2005). Atualmente é professor titular do Uni-FACEF. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Economia, atuando principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento local, desenvolvimento, economia, indústria e mercado de trabalho. São Paulo. Brasil. E-mail: leo.hca@gmail.com

concludes that good social indicators can contribute positively to the reduction of homicides, but are not enough to explain its causes.

Keywords: Social Violence. Homicides. Social Inequality.

1 INTRODUÇÃO

O artigo tem por objetivo examinar o problema da violência e verificar a evolução das taxas de homicídios entre jovens de 15 a 29 anos de idade em municípios paulistas.

No passado recente a violência, notadamente os homicídios, assaltos em geral, furtos e roubos, entre outros, era um fenômeno que ocorria em maior escala na área urbana e nas áreas metropolitanas.

As estatísticas oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), mais precisamente, “Estatísticas do Século XX” – demográficas e sociais relacionadas ao tema Saúde – mostram que a taxa de mortalidade por 100 mil habitantes provocadas por acidentes, envenenamentos e violências, superava com larga vantagem a taxa de mortalidade causada por inúmeras doenças e infecções, principalmente e, com taxas elevadas nos municípios das capitais brasileiras.

A urbanização acelerada resultante da industrialização do país provocou a ocupação desordenada das áreas metropolitanas e de aglomerações urbanas de maior porte. A construção de moradias precárias em áreas de risco e, a falta de infraestrutura urbana e social – resultado da carência e da precariedade dos serviços públicos essenciais – acabaram degradando as condições de vida naquelas mesmas áreas.

Além disto, o profundo distanciamento entre ricos e pobres deflagrado pela desigual distribuição de renda e da riqueza, associado às limitadas oportunidades e às dificuldades de acesso oferecidas às populações mais pobres e de renda baixa, entre outros fatores, agravaram ainda mais o quadro de desigualdade social no país.

Mais recentemente, considerável esforço do governo central por meio das políticas sociais promoveu significativos avanços na redução da população em situação de pobreza, de extrema pobreza e de indigência, como na área da saúde com a redução da taxa de mortalidade infantil (Estatísticas do Século XX – IBGE). Entretanto, na direção oposta com velocidade e intensidade bem maior, a criminalidade e a violência progrediram, especialmente a taxa de homicídios entre jovens na faixa etária de 15 a 29 anos de idade (Mapa da Violência, 2008/2013).

Como se não bastasse, a violência até então concentrada nas áreas metropolitanas, progrediu ao ponto de se tornar epidêmica e, disseminou-se geograficamente atingindo inclusive municípios de menor porte.

Sob o aspecto metodológico, a pesquisa bibliográfica pavimentou a questão da violência destacando alguns aspectos mais gerais de suas intrínsecas causas. Convém também acrescentar que a abordagem do fenômeno social da violência atribuiu maior ênfase às questões de natureza econômica e social, muito embora o fenômeno objeto de estudo

estabeleça conexões com outras áreas do conhecimento, como a psicologia, a sociologia, o direito e a saúde.

Com propósito de contextualizar a violência nas áreas metropolitanas do Brasil, a pesquisa contou com o emprego de um seletor conjunto de indicadores demográficos e sociais, os quais, enquanto evidência empírica procuraram sob a ótica quantitativa, retratar determinados aspectos das condições econômicas e sociais da população, que em boa medida, enquadravam-se entre as causas da violência descritas na fundamentação teórica.

A delimitação espacial do tema teve como recorte um conjunto formado por sete municípios do interior do estado paulista: Bauru, Carapicuíba, Franca, Guarujá, Itaquaquecetuba, Limeira e Taubaté, os quais, a exceção de apenas um – Itaquaquecetuba –, apresentaram no ano de 1980, certa semelhança em termos de população total.

Outra delimitação da pesquisa está relacionada ao recorte que adotamos a respeito da violência, tendo em vista que procuramos examiná-la segundo a taxa de homicídios entre jovens de 15 a 29 anos de idade.

Ocorre que outras causas da mortalidade resultantes da violência são provocadas por acidentes de trânsito e até mesmo pelo suicídio, além do que, a violência se manifesta de forma bem diversificada. O tráfico de drogas, via de regra acaba provocando o emprego da violência pelo uso de armas, entre gangs por disputas de controle de territórios, como também e, principalmente do confronto entre traficantes e a polícia.

O alcoolismo e o consumo de drogas podem induzir ao emprego da violência, notadamente aquela praticada nos próprios domicílios contra menores de idade e mulheres. Além disto, os assaltos, os sequestros relâmpago, a detonação de caixas eletrônicas em agências bancárias como até nos estádios de futebol, a violência se faz presente.

Enfim, por estes motivos adotamos a taxa de homicídios entre jovens como um dos indicadores da violência, mesmo porque sua progressão contínua e disseminação pelo território brasileiro a colocam como uma das mais elevadas entre as causas da mortalidade geral do país.

Por se tratar de um problema essencialmente urbano, além de apresentar em números absolutos como em taxas por grupo de 100 mil habitantes, na primeira parte da pesquisa foram empregados indicadores demográficos e sociais pertinentes à população residente no país na área urbana, sobressaindo a população residente nas áreas metropolitanas em aglomerações subnormais por faixa etária e classes de rendimento e, a taxa de desemprego na região metropolitana de São Paulo por faixa de idade. A segunda parte da pesquisa quantitativa examinou a evolução da violência com ênfase na taxa de homicídios entre jovens na faixa etária de 15 a 29 anos, na América Latina e nas áreas metropolitanas do Brasil.

A terceira parte da pesquisa analisou o comportamento das taxas de homicídios entre jovens de 15 a 29 anos *vis-à-vis* ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de um conjunto selecionado de municípios paulistas.

2 A QUESTÃO DA VIOLÊNCIA EM PERSPECTIVA TEÓRICA

Apesar de ser dotado de inteligência e de empregar a razão, o homem nem sempre agiu de maneira pacífica, tanto que, a história da humanidade é repleta de acontecimentos que revelam seu caráter violento.

Na construção e na expansão de grandes impérios, nos conflitos entre nações como até mesmo em conflitos mundiais, os homens sempre recorreram ao emprego das armas e, por conseguinte, ao uso da violência. Até mesmo em nome da fé religiosa já se levantou a bandeira da violência.

Estados nacionais na defesa de seus interesses, adotaram regimes autoritários, que, invariavelmente, empregaram a repressão, vale dizer, a força bruta para preservarem a ordem e a estabilidade política. A prática da violência pelo homem se manifesta de diversas formas e se justifica por variado leque de motivações, tais como a matança de milhões de pessoas em campos de concentração, o emprego da mão-de-obra escrava, o tráfico de negros, atentados terroristas, a violência praticada por grupos racistas, conflitos entre gangs, assim como, a ambição, a inveja, o ciúmes, o preconceito, a sede de poder podem levar ao uso da violência.

A desigualdade social, a pobreza extrema e a miséria, a concentração de renda e da riqueza por uma minoria de privilegiados, a desigualdade de oportunidades, ainda que não sejam as únicas causas, são sem dúvida, cicatrizes abertas que podem provocar a violência.

Embora antigo, o fenômeno social da violência, mais recentemente, além de se revelar preocupante devido a sua progressão, passou a incorporar variado contorno explicativo sobre suas causas.

É fato que a expansão da violência, notadamente dos acidentes de trânsito e dos homicídios – sem contar dos suicídios – tem ocorrido em maior escala nas grandes aglomerações urbanas, ou seja, nas áreas metropolitanas. Contudo, numa escala menor o fenômeno também se manifesta nas aglomerações intermediárias, quer seja nos centros de grande como de pequena região.

A priori podemos verificar que a violência, espacialmente, é um fenômeno social urbano, sobretudo nos países de desenvolvimento tardio, pois, a sua industrialização além de induzir apreciável movimento migratório acarretou em intensa urbanização.

Os últimos dados censitários estão revelando que continua, de forma intensa, a migração rural-urbana em quase todos os países da América Latina. As grandes tensões sociais, que se supunham existirem no campo, estão sendo aparentemente levadas pelos migrantes às cidades. A população urbana cresce aos saltos, os serviços urbanos, principalmente o da habitação, atendem cada vez mais precariamente as necessidades do público, e os sinais exteriores de miséria-mendicância, prostituição, comércio ambulante etc. – se multiplicam (SINGER, 1968, p. 63).

O crescimento caótico das áreas metropolitanas resultante do processo de industrialização e do intenso fluxo migratório campo-cidade, provocou a expulsão de grandes

contingentes populacionais para a periferia destas cidades, degradando, por conseguinte, as condições de vida destas camadas menos favorecidas da população.

As áreas periféricas são menos providas de equipamentos sócio-cultural do que as que se aproximam do centro e seus habitantes tem menos acesso às informações sobre oportunidades de educação e de emprego, donde seu nível de renda será baixo e suas possibilidades de ascensão social e econômica praticamente reduzidas. (RATTNER, 1979, p. 44).

Admitindo uma lenta capacidade de resposta do setor público por meio de investimentos em infraestrutura social e urbana e, uma demanda social crescente nestas mesmas áreas periféricas, tal descompasso tenderia senão a tornar as condições de vida destas populações ainda mais deterioradas. Quando consideramos em seu conjunto a qualidade dos serviços públicos de educação e saúde, dos quais a população de renda baixa é usuária, sobretudo nas áreas marginalizadas – das áreas metropolitanas e das aglomerações urbanas de grande porte – a situação é mais grave ainda.

Ao lado das condições precárias de habitação e de saneamento básico, como também até da insuficiência de recursos (financeiros, culturais, entre outros), outra ordem de problemas contribui para o agravamento das condições de vida, especialmente das crianças, dos jovens e adolescentes que nas periferias das grandes cidades residem.

[...], o poder que os pais têm sobre os filhos origina-se do dever que lhes cabe de cuidar de sua prole durante o imperfeito estado da infância. Formar a mente e governar as ações dos menores ainda ignorantes, – até que a razão ocupe seu lugar e os liberte desse incômodo – é disso que os filhos precisam e disso que os pais estão obrigados a fazer. [...] Quando vêm ao mundo, e por algum tempo depois, seus pais têm sobre eles uma espécie de domínio e jurisdição, mas apenas temporariamente. (LOCKE, 1998, p. 432-434).

Ainda que a argumentação de Locke seja referente ao final do século XVII (1690), acreditamos que continua sendo relevante e atual, visto não tratar-se apenas do poder, mas sobretudo das obrigações paternas. Contudo, na atualidade, considerável quantidade de domicílios é chefiado por pais de baixo nível de instrução e que recebem salários via de regra insuficientes para suprirem as necessidades básicas da família.

Em outros casos, o alcoolismo, o uso de drogas combinados com o baixo nível instrucional e de renda, potencializam a violência doméstica.

Por sua vez, nos casos em que tenha ocorrido a desestruturação da unidade celular da sociedade, a família, é de se supor que, invariavelmente, além da formação ficar seriamente comprometida, a débil autoridade exercida pelos pais pode ser incapaz de governar as ações dos próprios filhos.

Outro aspecto que merece a devida atenção por estar associado em alguma medida à violência é a pobreza. Abordando através de um olhar multidimensional este fenômeno social, Barros e Carvalho (2006) avaliaram com bases nos dados da PNAD a pobreza em seis dimensões: a) vulnerabilidade; b) acesso ao conhecimento; c) acesso ao trabalho; d) escassez de recursos; e) desenvolvimento infantil; e f) carências habitacionais.

Em termos de vulnerabilidade, a pesquisa da Fundação Seade Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) de 2010 constatou no município de São Paulo que: a) no grupo

vulnerabilidade alta (setores urbanos) encontravam-se 993.163 pessoas, o rendimento médio dos domicílios era de R\$ 1.380,00 e em 28,8% deles a renda não ultrapassava meio salário mínimo; e b) no grupo de vulnerabilidade muito alta (aglomerações subnormais, favelas) registrou-se para aqueles que se encontravam nesta situação um total de 833.261 pessoas, o rendimento médio nominal dos domicílios era de R\$ 1.207,00, sendo que, em 34,1% deles a renda também não ultrapassava meio salário mínimo.

[...] o perfil das vítimas de homicídios no Brasil é prioritariamente de jovens com baixa educação. Ou seja, a desigualdade da dinâmica criminal no Brasil replica a desigualdade de renda. Alternativamente, a estimativa de 2,15 milhões de vidas prematuramente perdidas em função da violência deixa claro a magnitude do problema, indicando serem as vítimas jovens, cada vez mais jovens (CERQUEIRA; CARVALHO, 2007, p. 52).

Em linhas gerais, ainda que a argumentação até aqui apresentada não seja suficiente para explicar um fenômeno social tão amplo e complexo como é o caso da violência, verifica-se que, entre outras causas, destacam-se: a) o problema da urbanização desordenada, notadamente das áreas metropolitanas e dos centros urbanos maiores; b) a formação de aglomerações urbanas subnormais (favelas) nas áreas metropolitanas; c) a desestruturação da unidade celular da sociedade, ou seja, da família e, da conseqüente incapacidade da autoridade paterna de formar e da débil capacidade de governar os filhos; d) a situação em que se encontram milhares de famílias em se tratando de vulnerabilidade social; e) a escassez de recursos e as dificuldades de acesso à educação e ao conhecimento, ao mercado de trabalho, como também, das deficiências habitacionais e da carência de equipamentos sociais.

Acrescenta-se também ao leque de causas da violência a influência exercida pela distinção que se faz na sociedade entre aqueles que detêm riqueza e os que se situam na pobreza.

O homem rico jacta-se de sua riqueza, porque sente que naturalmente isso dirige sobre si a atenção do mundo, [...] O homem pobre, ao contrário, envergonha-se de sua pobreza. Sente que ou essa situação o coloca fora da vista das pessoas, ou que, se o percebem, têm quase nenhuma solidariedade para com a miséria e aflição de que é vítima (SMITH, 1999, p. 60).

Decorridos aproximadamente três séculos da sua publicação (Teoria dos Sentimentos Morais, 1759), a arguição do brilhante filósofo, professor de Filosofia Moral Adam Smith, sobre a origem da ambição e da distinção social, ainda continua ao nosso ver bem atual. Ademais, a riqueza nos dias atuais assumiu tanta importância que até foi criado um ranking dos homens mais ricos do planeta.

Ao contrário da riqueza que é o motivo de orgulho e de distinção social, a pobreza é sinônimo de desprezo, além do que, esta mesma condição em confronto com a ostentação acaba criando tamanho sentimento de frustração, que pode resultar em comportamento violento. "[...] a pobreza material face a opulência ostentada e as frustrações repetidas e cumulativas nas tentativas de “ascender” – deve resultar em alta incidência de comportamento associal e dissociativo” (RATTNER, 1979, p. 42).

Nas sociedades capitalistas não é apenas a riqueza que é ostentada, mas uma outra forma de ostenta-la se dá através do consumo de mercadorias, especialmente aquelas oferecidas por marcas renomadas que conferem ao seu detentor apreciável distinção social.

Além do mais, a construção de pomposos espaços de consumo, só permite a presença de minorias privilegiadas, que distinguem-se na sociedade pelo fato de possuírem a senha que lhes garante o acesso nestes espaços.

O fenômeno do consumo assumiu na economia global tamanha importância, que mais recentemente foi considerado fator de inclusão social. Além disto, a cultura do consumo enalteceu de tal maneira a mercadoria e o fascínio por ela exercido, que a sua posse é reconhecida com distinção, o contrário produz a sensação de frustração, sentimento este que pode provocar até mesmo a violência. Se a riqueza e a ostentação são reconhecidamente valores indiscutíveis em nossa sociedade, dignos de merecerem louvável distinção social, a pobreza, ao contrário é um anti-valor sujeito até mesmo a ser desprezado e ridicularizado.

Ficam dizendo que os outros não têm nada. Só porque têm roupa boa, roupa de marca, coisa que eu nem ligo, eles ficam debochando da cara dos outros, O pessoal lá de baixo ri até quando a gente tá trabalhando. Um monte de filhinho de papai, que tem dinheiro, e vive debochando dos outros [...] Mais que um vídeo cassete, mais que uma bicicleta... eu queria que as pessoas tivessem respeito... Eu queria mais ser respeitado do jeito que sou hoje do que ter uma bicicleta novinha (PERALVA, 2000, p. 138).

O depoimento acima retrata o sentimento de um morador de favela em entrevista concedida ao Jornal do Brasil em 11/02/1996, cujo conteúdo, demonstra o seu ressentimento pela falta de reconhecimento de outras pessoas em razão da sua condição econômica de despossuído.

A exclusão social, aliás, assumiu cada vez maior presença nas grandes metrópoles brasileiras. [...] Em certo sentido, a exploração da violência urbana revelou, de maneira combinada com a desigualdade, o desemprego e a escassez de perspectiva ascendente da mobilidade social, as novas e velhas condições de produção e reprodução da exclusão (POCHMANN, 2004, p. 29).

Como se pode perceber a questão da violência é complexa e multifacetada, razão pela qual, associa-la à pobreza, à desigualdade, ao desemprego, à carência e precariedade de serviços públicos essenciais, entre outros fatores, é insuficiente para explicá-la dada a sua própria complexidade. Ainda que determinadas causas da violência sejam convergentes, outros fatores são incorporados ao debate ampliando ainda mais o arcabouço teórico relacionado ao tema.

Ferreira e Araújo (2006) classificam as causas de homicídios e da violência em geral a partir de fatores de ordem macrossocial, mesossocial e microssocial. Em resumo, os fatores macrossociais resultariam: a) do crescimento da desigualdade urbana; b) do crescimento da escolaridade versus a redução das oportunidades de emprego; c) do crescimento das aspirações dos jovens e a menor capacidade em alcançá-las; d) da perda de poder da família no exercício de controle sobre o comportamento violento; e) da perda de força da religião. A segunda ordem de fatores, qual seja, os mesossociais relacionam-se à segregação urbana e maior densidade em áreas pobres; à cultura da masculinidade e ao mercado de drogas local. Em relação aos fatores microssociais, o homicídio e a violência teriam como causa: o consumo de álcool, o aumento do número de armas entre a população e a falta de habilidade para expressar sentimentos (FERREIRA; ARAÚJO, 2006).

Acrescenta-se ainda entre os fatores que influenciam a propagação da violência, o reduzido volume de recursos financeiros destinados à segurança pública, bem como, a desorganização das instituições responsáveis pela ordem pública no país.

3 INDICADORES DEMOGRÁFICOS E SOCIAIS – BRASIL, ÁREAS METROPOLITANAS

Conforme podemos observar na tabela 1, transcorridos setenta anos (1940 – 2010), a população brasileira mais que quadruplicou, pois, de 41,2 milhões de habitantes (1940) atingira no ano de 2010 um total de 190,7 milhões de residentes no país. Nesse mesmo período, a população rural que representava 68,7% da população total, experimentou expressivo recuo, posto que, em 2010, a participação relativa da população residente na área rural representava apenas 15,6% da população total. Em direção oposta, a quantidade de pessoas residentes na área urbana, aumentou de 31,2% (1940), ou, 12,8 milhões, para 84,3%, ou ainda, 160,9 milhões em 2010.³

Por sua vez, além da população urbana ter aumentado muito, elevada porcentagem da mesma localiza-se nas Regiões Metropolitanas.

Tabela 1 – População Brasileira residente nas Regiões Metropolitanas – 1980 e 2010

Áreas	População Total	
	1980	2010
Brasil urbano	80.437.327	160.925.792
RM antigas*	34.411.656	56.364.421
AMR**	9.141.654	18.048.160
Total RMS***	43.553.310	74.412.581
São Paulo	12.588.725	19.683.795
Rio de Janeiro	8.772.265	11.703.788

Fonte: Baeninger; Peres (2011, adaptado)

*RM: Regiões metropolitanas antigas

**AMR: Aglomerações metropolitanas recentes

*** refere-se à soma das populações das antigas RMs mais a população das AMR

Assim, verifica-se em relação à distribuição espacial da população brasileira sua acentuada concentração na área urbana, como também, expressivo é o número de pessoas residentes em aglomerações metropolitanas.

O processo de industrialização posto em curso almejava romper com a situação de atraso e de subdesenvolvimento em que se encontrava o país, colocando-o na direção do progresso e do desenvolvimento. Contudo, a crença de que a industrialização seria capaz de remover a situação de atraso e dependência, contribuir para uma distribuição mais equilibrada da renda e, disseminar por toda a sociedade uma qualidade de vida melhor, acabou não se realizando e, ainda provocou outra ordem de problemas.

³ De acordo com dados do IPEADATA

O desenvolvimento industrial acarretou consequências danosas para as cidades. O crescimento econômico não foi acompanhado pela melhoria da qualidade de vida, gerando distorções de toda ordem – como o descuido com o equilíbrio ecológico, a insuficiência dos recursos direcionados à infra-estrutura urbana e os efeitos perversos da segregação. [...] enquanto os expoliados sentem na pele os próprios malefícios da distribuição perversa da renda, os privilegiados e a classe média são afetados pelas consequências assustadoras da miséria que são a violência e todas as formas de degradação dos excluídos (FRIDMAN, 1991, p. 143).

Diante do que foi exposto, basta verificar que de acordo com o Censo Demográfico de 2010, apresentado na tabela 2, a população residente em aglomerações subnormais⁴ era de 11,4 milhões de pessoas.

Tabela 2 – Brasil, população residente em aglomerações subnormais - 2010

Municípios da Capital	População (n° de habitantes)
Belém	758.524
Fortaleza	396.370
Recife	349.920
Salvador	882.204
Belo Horizonte	307.038
Rio de Janeiro	1.393.314
São Paulo	1.280.400
BRASIL	11.425.644

Fonte: IBGE, elaborado pelos autores

Convém ainda observar que nestas mesmas aglomerações subnormais, além da precariedade na oferta de serviços públicos, como abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo e fornecimento de energia elétrica, as construções podem se localizar em áreas de risco, sem contar com a falta e/ou carência de equipamentos sociais.

Conforme demonstrado na tabela 3, por sua vez, a população brasileira residente nas aglomerações subnormais de 0 a 29 anos somava 6,5 milhões de pessoas, o que representava em porcentagem da população total residente nestas áreas quase que 60%.

⁴ Aglomerações subnormais: a) ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular); b) possuírem urbanização fora dos padrões vigentes, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas, precariedade na oferta de serviços públicos essenciais. IBGE.

Tabela 3 – População Brasileira residente em aglomerações subnormais na faixa etária de 0 a 29 anos - 2010

Faixa Etária	População residente (em nº de pessoas)
0 a 4 anos	987.655
5 a 9 anos	1.061.115
10 a 14 anos	1.194.772
15 a 17 anos	693.327
18 a 19 anos	430.725
20 a 24 anos	1.123.528
25 a 29 anos	1.096.051
TOTAL	6.587.173

Fonte: IBGE, elaborado pelos autores

Dadas as condições de moradia e da precariedade na oferta de serviços públicos essenciais, da carência parcial ou total de equipamentos sociais, é cabível supor que a população na faixa dos 0 até 29 anos de idade, residente naquelas aglomerações – incluindo-se outra ordem de fatores – deva se encontrar em situação de vulnerabilidade.

Não deixa de ser oportuno observar que em termos de rendimento domiciliar *per capita*, apresentado na tabela 4, sua distribuição por classes de rendimento conforma um interessante contraste quando se compara diferentes situações entre os domicílios particulares permanentes.

Tabela 4 – Distribuição do rendimento nominal mensal per capita por classes de rendimento no Brasil, São Paulo e nas aglomerações subnormais - 2010

Classes de Rendimento	Distribuição (em %)		
	Aglom. Subnormais	São Paulo	Brasil
Até 1/4 de S.M*	13,1	2,6	8,7
de 1/4 a 1/2 S.M.	27,4	9,2	15,2
de 1/2 a 1 S.M.	36,2	22,8	27,4
de 1 a 2 S.M.	18,3	27,1	23,5
de 2 a 3 S.M.	2,9	10,9	8,1
de 3 a 5 S.M.	1,2	9,1	6,1
Mais de 5 S.M.	0,6	11,8	6,5

Fonte: IBGE, elaborado pelos autores

* Salários Mínimos

Nas faixas de rendimento compreendidas entre até ¼ a até mais de 1 a 2 salários mínimos, nas aglomerações subnormais encontravam-se 95% dos domicílios particulares permanentes, conquanto em São Paulo a porcentagem representava 61,7% e no Brasil 74,8%. Assim, às condições precárias de moradia e, a carência na oferta de serviços públicos essenciais, acrescenta-se ainda o baixo rendimento per capita dos domicílios particulares situados em aglomerações subnormais.

A título de observação, importa observar que entre o salário mínimo vigente no país e o salário mínimo necessário calculado pelo DIEESE⁵ guarda-se considerável distância, haja visto que: a) o salário mínimo vigente no país era em 2010 de R\$ 510,00 enquanto o mínimo necessário deveria ser R\$ 2.227,53; b) em 2014, o salário mínimo vigente era de R\$ 724,00, conquanto o mínimo necessário era de R\$ 2.975,55.

Não menos importante, convém mencionar que em relação à variável emprego, a situação para a população jovem, demonstrada na tabela 5, ainda reserva uma situação pouco confortável, principalmente nas regiões metropolitanas.

Tabela 5 – Taxa de desemprego por faixas etárias na região metropolitana de São Paulo

Faixas Etárias	Taxa de Desemprego			
	1989	1999	2009	2014
10 a 15 anos	29,3	52,1	49,8	56,0
16 a 24 anos	13,5	30,8	25,8	22,9
25 a 39 anos	6,2	15,4	11,8	9,3
40 a 49 anos	4,0	12,9	8,3	6,1

Fonte: SEADE / PED, elaborado pelos autores

Os dados da Pesquisa de Emprego Desemprego (PED) mostram claramente que no ano de 2014, comparativamente ao ano de 1989, a taxa de desemprego nas faixas de 10 a 15 anos quase que dobrou, um pouco abaixo, na faixa de 16 a 24 anos de idade a taxa de desemprego aumentou próxima de 1,7 vezes, conquanto nas demais classes de idade o aumento foi bem mais moderado.

Diante disto, a situação para a população jovem, em se tratando de mercado de trabalho, corrobora os argumentos de Barros e Carvalho (2006), bem como os de Ferreira e Araújo (2006) que entre outros fatores, consideraram o acesso ao mercado de trabalho como uma das causas da pobreza e da violência.

No que diz respeito à pobreza, não resta dúvida, de que, nos últimos anos as políticas sociais de retransferência de renda foram decisivas para reduzir o número de pessoas em situação de pobreza e de extrema pobreza, contudo, ainda assim, o número de pessoas que se encontravam nestas mesmas situações, sem margem de dúvida, inspira preocupação.

Segundo as estatísticas do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS), o número de pobres no Brasil, reduziu-se de 61,3 milhões em 1990, para 28,5 milhões de pessoas em 2013. Também registrou-se acentuada redução do número de pessoas em situação de pobreza e de extrema pobreza, pois, de 64,3 milhões em 1992, em 2013 encontravam-se nesta mesma situação 31,7 milhões de pessoas. Nas áreas metropolitanas, a redução da pobreza foi um pouco mais moderada tendo em vista que o número de pessoas em situação de pobreza reduziu-se de 17,5 milhões em 1990, para um total em 2013 de 10,1 milhões de pessoas.

⁵ De acordo com a metodologia adotada pelo DIEESE o salário mínimo necessário corresponde às necessidades de consumo de uma família composta por 2 adultos e 2 crianças que por hipótese consumiriam por um adulto.

A pobreza, a carência e a precariedade da oferta de serviços públicos essenciais – de infraestrutura social e urbana -, incluindo ainda serviços públicos de educação e saúde, as dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, entre outras, são causas da violência que exigirão vontade política, recursos e ações efetivas para o seu enfrentamento.

4 VIOLÊNCIA ENTRE JOVENS: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

Diante da sua amplitude, limitamo-nos a examinar a violência na perspectiva dos homicídios⁶.

Entre os anos de 1959 a 1962, nos municípios de São Paulo e Rio de Janeiro, a exceção dos óbitos provocados por neoplasmas malignos, por lesões vasculares do sistema nervoso, doenças arteriosclerótica e degenerativa do coração, pneumonia, gastrite, duodenite, enterite e colite, as mortes por acidentes, envenenamentos e violências configuravam as mais elevadas taxas de mortalidade por grupo de 100 mil habitantes. No município de São Paulo, nos anos de 1960, 1961 e 1962 a taxa de mortalidade – por acidentes, envenenamentos e violência – era de 54,0; 57,7 e 58,8 respectivamente. Já no município do Rio de Janeiro, para os anos de 1959, 1960 e 1961, a mesma fora de 86,6; 83,7 e 77,0⁷.

A urbanização acelerada e desordenada, a desigualdade provocada pela perversa distribuição de renda, a deterioração das condições de vida predominante nas áreas metropolitanas, a degradação dos serviços públicos, a desigualdade de oportunidades e as limitadas condições de acesso, a desordenação e corrosão moral das instituições que cuidam da ordem pública, entre tantos outros fatores, acabaram potencializando a violência tanto no Brasil como na América Latina.

Os cidadãos latino-americanos têm motivos para ficar preocupados com o clima de insegurança urbana que se vive em grande parte da região. Para a Organização Pan-Americana da Saúde, um índice normal de criminalidade se situa entre zero e cinco homicídios a cada 100 mil habitantes por ano. [...] mas, quando passa dos oito, estamos diante de um quadro de criminalidade “epidêmica”, [...]. É o caso da América Latina (KLIKSBURG, 2010, p. 259).

Se nos anos 1980 a situação de violência no continente latino-americano, apresentada na tabela 6, já era preocupante, sua evolução muito bem caracteriza o fenômeno como sendo de natureza epidêmica.

⁶ O recorte tipológico que fizemos da violência decorre do fato deste fenômeno social ser muito amplo, mesmo porque o mesmo está associado diretamente a várias modalidades de manifestação, tais como: a violência doméstica, no trânsito, nos sequestros e atos terroristas, nos conflitos entre gangs e até torcidas de futebol, na violência contra a mulher, nos casos de estupro, a violência contra crianças, entre tantas outras formas de sua revelação. É válido lembrar que tal procedimento não diminui em significado e relevância as demais modalidades de violência.

⁷ Segundo as Estatísticas do Século XX disponibilizadas pelo IBGE.

Tabela 6 – Evolução da taxa de homicídios na América Latina e sub-regiões, 1980 - 2006

Áreas	Homicídios por ano para cada 100.000 hab.		
	1980	1991	2006
Am. Latina e Caribe	12,5	21,3	25,1
Am. Latina	12,8	21,4	25,3
México	18,1	19,6	10,9
Am. Central	35,6	27,6	23,0
Caribe Latino	5,1	8,8	11,0
Brasil	11,5	19,0	31,0
Países Andinos	12,1	39,5	45,4
Cone Sul	3,5	4,2	7,4
Caribe não Latino	3,1	3,5	7,4

Fonte: Apud Kliksberg (2006)

Conforme apresentado na tabela 7, de acordo com o índice de criminalidade daquela organização (OPAS), a exceção do Cone Sul e do Caribe não Latino, as demais áreas do continente latino-americano enquadram-se em termos de violência como epidêmicas. Tanto que, no ranking da violência mundial os países que ocupavam em 2014 as primeiras posições – em relação às taxas de homicídio total e entre jovens de 15 a 29 anos – eram todos do continente latino-americano.

Tabela 7 – Taxa de homicídio (por 100 mil) da população total e entre jovens de 15 a 29 anos em países da América Latina – diversos anos

Países	Ano	Taxas de Homicídio	
		Total	Jovens de 15 a 29 anos
El Salvador	2009	62,4	119,6
Tinidád e Tobago	2008	46,1	89,7
Colômbia	2009	45,0	82,2
Guatemala	2008	38,7	67,3
Venezuela	2007	36,4	82,3
Brasil	2010	27,4	54,5

Fonte: Mapa da Violência 2014, elaboração dos autores

Se a taxa de homicídios total naquele conjunto de países latino-americanos já era alta e considerada epidêmica, o que dizer em relação à população de jovens de 15 a 29 anos, visto que esta, é quase que o dobro da primeira.

A criminalidade implica danos de todos os tipos para a sociedade. Em primeiro lugar, as vidas perdidas. Em alguns países, como o Brasil e a Colômbia, ela é considerada a principal causa de morte entre os jovens. A taxa de homicídios de jovens na América Latina é trinta vezes superior à europeia. E, também, duas vezes maior que a taxa média do conjunto na região (KLIKSBURG, 2010, p. 262).

Não seria enfadonho observar que a elevada taxa de mortalidade por homicídios na população jovem não apenas requer para o seu enfrentamento um esforço ainda maior da esfera pública por meio de políticas sociais e de segurança pública, como também, maior comprometimento da sociedade civil, notadamente das atribuições que competem às famílias.

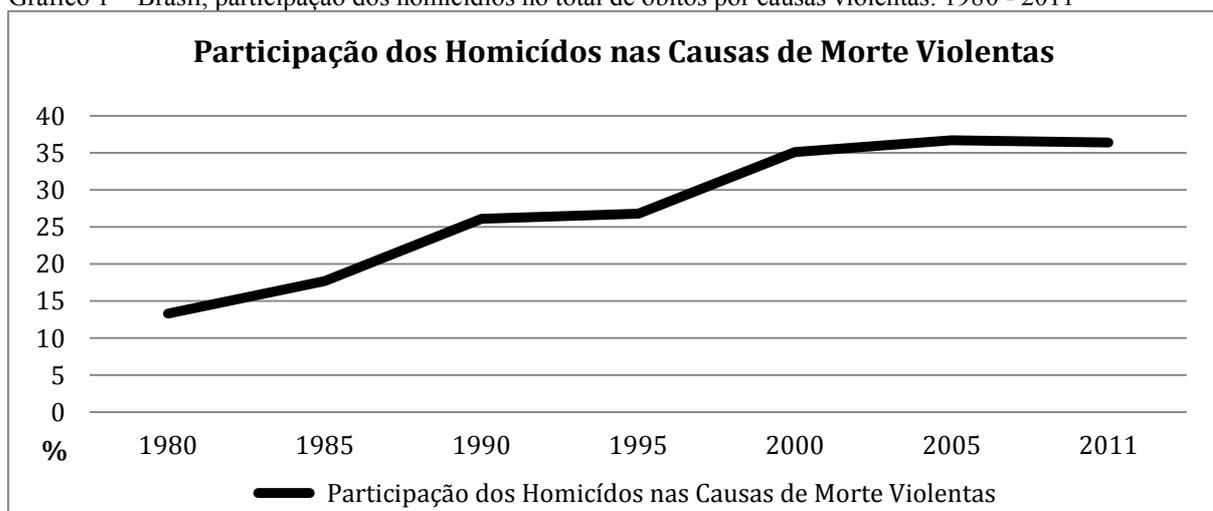
Ademais, a violência provoca inevitavelmente, percas irreparáveis, sequelas muitas vezes profundas e custos elevados.

Kliksberg (2010), examinando a composição dos custos provenientes dos ataques às pessoas no México em 2000, verificara que os custos indiretos relacionados aos anos de vida saudável perdidos (AVISA) somavam 28% e, entre os custos intangíveis as sequelas representavam 44% do total de custos.⁸ Em relação aos custos econômicos da violência em porcentagem do PIB, no Brasil – a partir de dados de 1998 – representavam 10,5%, na Colômbia 24,7%, em El Salvador somavam 24,9% e no México, perfaziam 12,3%. (KLIKSBERG, 2010).

No Brasil, a progressão da violência é de fato impressionante, basta observar que a quantidade de óbitos causados por homicídios, de um total de 13.910 registrados em 1980, aumentara para 51.434 no ano de 2011, enquanto a taxa de óbitos saltou de 11,7 para 27,1 respectivamente. Entre a população jovem, o número de óbitos por homicídios de 6.759 computados em 1980, aumentou para 27.471 em 2011, já em relação à taxa de óbitos, de 19,6 em 1980, registrou-se 53,0 no ano de 2011 de acordo com o Mapa da Violência 2014.

Conforme podemos observar no gráfico 1, a proporção do número de homicídios em relação ao total de mortes por causas violentas, tem aumentado substancialmente, saltando de 13,3% em 1980 para 36,4% em 2011, um crescimento de 23 pontos percentuais.

Gráfico 1 – Brasil, participação dos homicídios no total de óbitos por causas violentas: 1980 - 2011



Fonte: Mapa da Violência 2014, elaborado pelos autores.

No Brasil, a década de 1980 foi marcada pela transição política que culminou com o fim da ditadura militar e o início do processo de redemocratização, evidenciando notável avanço político do país. No entanto, enquanto se avançava na direção da recuperação dos direitos e, abria-se o caminho para a retomada da escolha dos governantes pela via democrática, a economia do país ingressara num ciclo de baixo crescimento econômico combinado com elevadas taxas de inflação, como ainda, a deflagração de uma crise financeira do Estado, limitara sua capacidade de investimento e de planejamento.

⁸ Para um exame mais detalhado sobre esta questão ver Banco Interamericano de Desenvolvimento, Universidade de Alcalá (2000), *Convivencia y Seguridad: Unreto a la gobernabilidad*.

A década seguinte ocupou ainda considerável espaço de tempo na agenda dos governos, até que, finalmente, se consolidasse a estabilidade da moeda e, ao mesmo tempo, fosse possível implementar medidas suscetíveis de promover a modernização da economia.

Assim, neste intervalo de tempo o combate à inflação e a necessidade de modernização da economia, em alguma medida, limitaram as ações do governo em outras áreas. Ademais, o aumento do endividamento público do governo federal reduziu sua capacidade de poupança e, conseqüentemente de investimento. Diante disto, é cabível admitir que problemas em setores importantes como a saúde, a educação e a segurança pública, assim como nas áreas de moradia e infraestrutura urbana tenham aumentado muito, razão pela qual, passariam a requerer, por sua vez, maiores inversões dos governos.

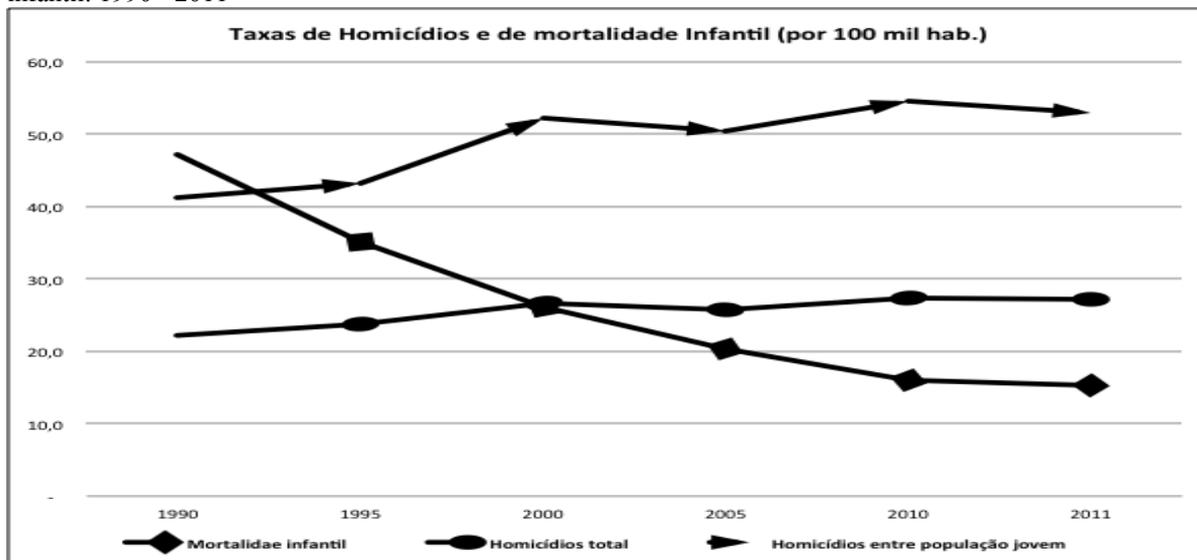
Em geral, as últimas décadas melhoraram os índices de qualidade de vida associados à expansão das políticas sociais: os índices de mortalidade caíram, a expectativa de vida e de alfabetização aumentou. Uma análise sistemática por país indicaria importantes diferenças e flutuações negativas ou violentas associadas a situações de crises econômicas enfrentadas por vários deles no passado recente, mas, mesmo assim, na maioria dos países da América Latina os recursos para educação e saúde se mantiveram estáveis (SORJ & MARTUCCELLI, 2008, p. 224).

De fato as estatísticas oficiais de saúde no Brasil (DATASUS), revelam significativo avanço das políticas sociais, tanto que, a esperança de vida ao nascer (anos de vida esperados), aumentou de 66,9 anos em 1991, para 74,5 anos de vida em 2012. Do mesmo modo, verifica-se substancial melhoria no aumento da escolaridade da população jovem. Contudo, ainda que as estatísticas acusem evolução dos indicadores sociais, convém ressaltar que o caráter qualitativo dos serviços públicos de educação e saúde podem conformar uma outra situação.

[...] as políticas que favorecem o maior acesso dos setores populares ao sistema educativo fundamental e médio e aos serviços de saúde fazem com que os setores médios e altos se orientem para as escolas privadas e para os sistemas de saúde de melhor qualidade. No caso da educação, isso faz com que se reproduza a desigualdade social, que já é alimentada pelo diferencial de recursos culturais fornecidos pelos lares pobres e ricos (SORJ; MARTUCCELLI, 2008, p. 224).

Em se tratando de indicadores sociais, a evolução das taxas de óbito (por 100 mil habitantes) por homicídios, total e entre a população jovem, comparativamente à taxa de mortalidade infantil, descreve uma situação bem interessante, que pode ser observada no gráfico 2.

Gráfico 2 – Brasil, taxas de mortalidade por homicídios total e entre população jovem e taxa de mortalidade infantil: 1990 - 2011



Fonte: Mapa da Violência e DATASUS, elaborado pelos autores.

Enquanto a taxa de mortalidade infantil segue trajetória cadente desde 1990, as taxas de mortalidade por homicídios total e entre a população jovem caminham no sentido oposto, o que pode denotar desarticulação das políticas públicas, pois, avanços obtidos na área da saúde não colidem com os esforços no setor de segurança pública. De alguma forma, o exitoso esforço das políticas sociais de saúde conseguiu além de outros propósitos, aumentar a expectativa de vida e reduzir a taxa de mortalidade infantil, porém tais avanços acabam sendo ofuscados pela progressão da violência.

Em relação à população jovem a situação é ainda mais inquietante, pois, se a taxa de homicídios em geral é “epidêmica”, a taxa de homicídio juvenil é muito mais que isto, tendo em vista que: a) na faixa dos 15 aos 19 anos de idade a taxa de homicídios (por grupo de 100 mil habitantes) era em 2011 de 78,2; b) entre os 20 a 24 anos de idade 85,3; c) na faixa dos 25 aos 29 anos chegara a 67,0; e d) entre os jovens de 15 a 29 anos de idade a taxa de homicídios atingira no mesmo ano 76,6 (MAPA DA VIOLÊNCIA, 2014).

Observa-se também que a violência examinada através da taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos, entre os anos de 1980 e 2009, delineou movimento de ligeiro recuo nas áreas metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo, contudo, nas demais áreas metropolitanas do país, sua trajetória revelou um aumento imoderado.

A good example of stability in a country's national homicide rates within its territory is Brazil, [...]. Homicide rates have declined in the states (and cities) of Rio de Janeiro and São Paulo, but they have risen in the other parts of the country, particularly the north and north-east (BID, 2013, p. 26)⁹.

⁹ Tradução Livre: Um bom exemplo de estabilidade nas taxas de homicídio nacionais de um país, dentro de seu próprio território é o Brasil, [...]. As taxas de homicídio caíram nos estados (e cidades) do Rio de Janeiro e São Paulo, mas eles têm subido nas outras partes do país, especialmente no norte e nordeste.

As estatísticas oficiais mostram que, de fato a taxa de homicídios entre a população de jovens de 15 a 29 anos de idade recuou apenas nas áreas metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo, contudo no norte, nordeste e no sul aumentou progressivamente, conforme demonstrado na tabela 8.

Tabela 8 – Taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos (por 100 mil habitantes) em áreas metropolitanas: 1980 e 2009

Área Metropolitana	Taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos (por 100 mil hab.)	
	1980	2009
São Paulo	34,98	31,21
Porto Alegre	8,97	66,29
Rio de Janeiro	57,19	53,85
Curitiba	10,95	121,58
Recife	41,90	137,77
Pará	24,96	118,11
Belo Horizonte	26,51	79,41
Goiás	16,52	68,27
Brasília	18,77	81,33
Fortaleza	30,59	72,40
Salvador	2,67	160,69

Fonte: IPEADATA, elaboração do autores.

Adotando o critério estabelecido pela OPAS, no ano de 1980 somente a área metropolitana de Salvador teria atingido índice normal de violência em relação à taxa de homicídios entre jovens entre 15 e 29 anos de idade. No entanto, decorridos quase três décadas, praticamente, sem exceção, todas as áreas metropolitanas teriam atingido taxas de homicídios suficientemente elevadas para serem classificadas como epidêmicas.

Por sua vez, mais recentemente, a violência deixou de ser um problema social exclusivo – em razão das suas elevadas taxas – das áreas metropolitanas, visto que, sua disseminação revelou uma nova dinâmica espacial.

No Brasil, entre 2000 a 2011 a violência sofreu um processo de disseminação e interiorização em razão de ter se deslocado dos municípios de grande porte – acima de 100 mil habitantes – para municípios de pequeno porte (MAPA DA VIOLÊNCIA, 2014).

Compreende-se desta forma que à medida que a violência aumenta e se dissemina espacialmente, mais elevados serão os custos sociais necessários para combater as suas causas, como também para reparar os seus efeitos, o que torna ainda mais grave este recente movimento de interiorização da violência.

5 VIOLÊNCIA E HOMICÍDIOS EM MUNICÍPIOS PAULISTAS

Nesta seção examina-se a violência sob a ótica dos homicídios entre jovens de 15 a 29 anos de idade em alguns municípios do estado de São Paulo. Além das taxas de homicídios, à análise foram incorporados indicadores econômicos e sociais pertinentes aos municípios selecionados, tais como: a população total; o PIB per capita; a participação relativa da população de 15 a 29 anos em relação à população total; a porcentagem da população em situação de alta e muita alta vulnerabilidade social; o IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) referente à renda, longevidade e à educação, como também a taxa de desocupação.

Convém observar que este conjunto de indicadores, apesar de examinar diferentes dimensões do desenvolvimento e/ou das condições de vida, como a riqueza, a escolaridade, a longevidade, o trabalho e, a situação de vulnerabilidade social, não é suficiente para explicar o problema social da violência, notadamente dos homicídios entre jovens da citada faixa etária.

O critério adotado para selecionar os municípios foi a população total, contudo não adotamos parâmetro rígido para a seleção, tendo em vista que procuramos identificar os municípios que mais se aproximam da população total de Franca. Assim, por este critério foram selecionados sete municípios paulistas, quais sejam: Bauru, Carapicuíba, Franca, Guarujá, Itaquaquecetuba, Limeira e Taubaté, com os respectivas populações apresentadas na tabela 9.

Tabela 9 – Municípios paulistas segundo a população total (em n° de habitantes): 1980 e 2012

Municípios	População Total	
	1980	2012
Bauru	186.659	348.145
Carapicuíba	185.822	374.850
Franca	148.990	323.464
Guarujá	151.120	295.600
Itaquaquecetuba	73.068	330.897
Limeira	150.561	280.172
Taubaté	169.259	284.441

Fonte: IPEADATA e SEADE, elaboração dos autores.

Em pouco mais de três décadas, Itaquaquecetuba triplicou de tamanho, Franca e Carapicuíba dobraram de porte, um pouco abaixo, Guarujá quase que dobrou de tamanho, Limeira e Bauru aumentaram em termos de variação percentual igualmente e, em menor porcentagem, Taubaté registrou aumento percentual acumulado de mais de 60%.

Assim em termos de população os sete municípios adquiriram considerável porte, em respeito ao produto per capita, apresentados na tabela 10, as estatísticas comprovam que nem todos obtiveram resultados tão parecidos.

Tabela 10 – PIB per capita (em Reais correntes) e variação percentual (em %) em municípios paulistas 2007 - 2012

Municípios	PIB per capita		Variação (%) (2012/2007)
	2007	2012	
Bauru	15.647	24.124	54,2%
Carapicuíba	6.566	11.034	68,0%
Franca	11.352	18.769	65,3%
Guarujá	10.130	15.463	52,6%
Itaquaquecetuba	7.595	11.762	54,9%
Limeira	19.555	27.547	40,9%
Taubaté	24.922	33.149	33,0%

Fonte: SEADE/IMP, elaboração dos autores.

Ainda que o produto por habitante não seja suficiente para qualificar o estágio de desenvolvimento de um país, de uma região, de um município, o mesmo presta-se ao menos para indicar hipoteticamente, quanto cada habitante estaria recebendo anualmente, o que de alguma forma poderia refletir nas condições de vida da população. Por esta forma, é admissível supor, que quanto maior o produto per capita, melhores serão as condições de da população, quanto menor, inversamente poderiam ser as condições de vida.

Tomando como referência o PIB per capita médio do estado de São Paulo de R\$ 22.557,31 em 2007 e de R\$ 33.953,32 em 2012, somente o município de Taubaté teria atingido a média, enquanto mais próximos da média teriam ficado Limeira e Bauru, numa posição intermediária Franca e Guarujá embora bem abaixo da média e, muito aquém da média estadual encontravam-se os municípios de Itaquaquecetuba e de Carapicuíba.

Embora o produto per capita não seja suficiente para explicar a violência, os sete municípios em questão, no ano de 2012 já faziam parte de um grupo seletivo cuja população por se enquadrar na classe de municípios de 200 a 500 mil habitantes, apresentavam altas taxas de homicídios por 100 mil habitantes.

Tabela 11 – Taxas de homicídios por porte de município, segundo total da população – 1980, 1990, 2000 e 2011

Número de Habitantes	Taxas de Homicídios				Número de Municípios
	1980	1990	2000	2011	
Até 5 mil	4,2	6,0	6,4	8,8	1.301
de 5 a 10 mil	4,4	6,4	7,9	11,6	1.212
de 10 a 20 mil	5,8	8,3	9,7	14,5	1.401
de 20 a 50 mil	7,2	11,1	12,2	20,5	1.043
de 50 a 100 mil	9,2	16,3	17,7	26,1	325
de 100 a 200 mil	12,4	23,9	27,3	32,1	150
de 200 a 500 mil	15,8	27,7	34,6	34,8	95
Acima de 500 mil	20,8	41,1	48,3	34,7	38
TOTAL	11,7	22,2	26,7	27,1	5.565

Fonte: Waiselfisz (Mapa Da Violência dos Municípios Brasileiros, 2008).

Um dos traços marcantes da ocupação do território brasileiro e, por conseguinte, do seu desenvolvimento é a desigual distribuição geográfica da população e da riqueza. Os dados

da tabela 11 bem que retratam um face desta situação, pois, de um total de 5.565 municípios, 4.957 representando 89% do total, situavam-se na faixa de até 50 mil habitantes cuja população total somava 64.000.918 habitantes, ou, 33,5% da população total. Entretanto, as duas últimas classes – de 200 a 500 mil e acima de 500 mil – representavam apenas 2,4% do total de municípios cuja população de 84.357.923 habitantes equivalia a 44,2% da população total do país, ou seja, menos de 3% dos municípios somavam o equivalente a quase metade da população residente no país.

Observa-se ainda, que entre 1980 e 2011, a taxa de homicídios aumenta em todas as classes de municípios, além do que, à medida que aumenta o porte do município, a taxa de homicídios também aumenta. Entretanto, no ano de 2011, comparativamente ao ano de 2000, a taxa de homicídios – em termos de variação percentual – aumenta nas classes de municípios de até 100 mil habitantes, daí em diante, declina até sofrer na última classe de municípios uma variação negativa.

O aumento de homicídios nos municípios de menor porte decorre do fato de que

[...] está em curso um processo de relevante descentralização e desconcentração do desenvolvimento econômico do país, com a emergência de novos polos de crescimento no interior do país. [...] Essa nova dinâmica territorial do desenvolvimento estaria também impactando a distribuição geográfica da violência no país [...] (WAISELFISZ, 2008, p. 7-8).

É interessante observar que o processo de industrialização colocado em curso no país, enquanto estratégia de superação do seu atraso e subdesenvolvimento, concentrou-se nas áreas metropolitanas, sobretudo no eixo Rio - São Paulo. Do mesmo modo, de forma generalizada, a violência estivera concentrada naquelas mesmas áreas, até que se iniciasse um movimento de desconcentração do crescimento e do desenvolvimento econômico que difundiu-se para o interior e para outras regiões do país. Seguindo esta mesma trajetória, a violência sofreu um deslocamento do seu eixo tradicional para imprimir uma nova dinâmica que disseminou-se pelo país, notadamente para o seu interior.

Em relação à população de jovens entre 15 a 29 anos de idade, chama-nos a atenção o aumento do número de habitantes nesta faixa etária nos municípios de Carapicuíba e de Itaquaquecetuba, pois, se a violência disseminou-se para o interior do país, muito provavelmente, nestes dois municípios a taxa de homicídios naquela faixa de idade deva ter aumentado.

Tabela 12 – População de jovens entre 15 a 29 anos de idade em municípios paulistas: 1980, 2000, 2010

Municípios Paulistas	População entre 15 a 29 anos de idade (em número de pessoas)		
	1980	2000	2010
Bauru	54.788	87.115	87.693
Carapicuíba	55.163	106.930	102.473
Franca	47.299	77.751	82.971
Guarujá	46.186	76.775	76.490
Itaquaquecetuba	21.075	79.418	90.758
Limeira	46.401	68.836	71.223
Taubaté	51.608	68.418	72.481

Fonte: SEADE, elaboração dos autores.

Segundo dados da tabela 12, nas últimas três décadas, verifica-se que de forma irregular, em todos os sete municípios a população de 15 a 29 anos de idade aumentou, entretanto, em Carapicuíba e Itaquaquecetuba o aumento foi bem maior. Já entre os anos de 2000 e 2010, constata-se acentuada desaceleração do crescimento da população naquela faixa de idade em Bauru, Guarujá, Limeira, Taubaté e Franca, Carapicuíba registrou crescimento negativo e, Itaquaquecetuba computou o maior aumento entre os demais municípios.

Entre outros fatores que impactam sobre a violência, destacamos em seguida, a porcentagem da população em situação de alta e muito alta vulnerabilidade social, apresentada na tabela 13, a taxa de desocupação da população de 15 a 29 anos de idade, apresentada na tabela 14, e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), apresentado na tabela 15.

Tabela 13 – Porcentagem da população em situação de alta e muito alta vulnerabilidade social em municípios paulistas (em%) – 2000 e 2010*

Municípios	Porcentagem da população em situação de vulnerabilidade social (em %)			
	Alta		Muito Alta	
	2000	2010	2000	2010
Bauru	7,3	9,5	8,1	1,5
Carapicuíba	2,6	19,7	13,0	5,8
Franca	16,1	6,4	6,0	-
Guarujá	25,2	6,5	21,0	22,5
Itaquaquecetuba	7,7	42,8	37,1	7,8
Limeira	17,1	6,1	4,0	-
Taubaté	6,3	10,6	5,1	-

Fonte: SEADE, elaboração dos autores.

*Na pesquisa de 2010 o grupo de muito alta vulnerabilidade social passou a incorporar as aglomerações subnormais (favelas).

Em situação de alta vulnerabilidade social, comparando o ano de 2010 com o ano de 2000, Franca, Guarujá e Limeira reduziram a porcentagem da população que naquela situação se encontrava, já em Bauru e Taubaté, constatou-se aumento percentual da ordem de 30,1% e de 68,3% respectivamente, enquanto na direção oposta, computou-se uma exponencial ampliação da porcentagem da população com alta vulnerabilidade social em Carapicuíba e Itaquaquecetuba.

Em relação à situação da população na categoria de muito alta vulnerabilidade social, Franca, Limeira e Taubaté, além de registrarem baixos percentuais no ano de 2000, praticamente zeraram no ano de 2010 a população que se enquadrava naquela categoria.

Nos municípios de Carapicuíba e Itaquaquecetuba o percentual da população exposta à muito alta vulnerabilidade social reduziu significativamente, enquanto ligeiro aumento foi constatado em Guarujá.

A priori, as condições econômicas e sociais constatadas em Carapicuíba, Guarujá e em Itaquaquecetuba, indicam possibilidades de que estes mesmos municípios devam configurar taxas mais elevadas de homicídios de jovens entre 15 a 29 anos de idade.

Tabela 14 – Taxa de desocupação (em %) da população por faixa etária na área urbana em municípios paulistas: 2010

Municípios	Taxa de Desocupação da população (%)		
	de 15 a 19 anos	de 20 a 24 anos	de 25 a 29 anos
Bauru	23,7	10,3	5,5
Carapicuíba	27,7	13,8	8,4
Franca	17,0	7,5	4,9
Guarujá	33,6	16,3	11,4
Itaquaquecetuba	33,9	15,2	13,1
Limeira	20,3	9,3	6,4
Taubaté	26,6	11,9	8,7

Fonte: IBGE, elaboração dos autores.

A primeira constatação que se faz é que à medida que aumenta a faixa etária da população, a taxa de desocupação diminui. O município de Franca, registrou para as três faixas etárias da população residente na área urbana as menores taxas de desocupação para a população jovem, muito embora, a taxa de desocupação para a população de 15 a 29 anos de idade seja a mais alta em todos os sete municípios, exceto Carapicuíba, Guarujá, Itaquaquecetuba e, até mesmo em Taubaté, onde a taxa era bem mais elevada.

Por sua vez, verifica-se que para as três classes de idade da população urbana residente em Carapicuíba, Guarujá e Itaquaquecetuba, a taxa de desocupação era maior que nos demais municípios.

Tabela 15 – Índice de Desenvolvimento Humano de municípios paulistas: 1991 e 2010

Municípios	IDH-M					
	Renda		Longevidade		Educação	
	1991	2010	1991	2010	1991	2010
Bauru	0,727	0,800	0,717	0,854	0,430	0,752
Carapicuíba	0,678	0,721	0,747	0,842	0,276	0,693
Franca	0,706	0,749	0,763	0,842	0,340	0,753
Guarujá	0,654	0,729	0,689	0,854	0,272	0,679
Itaquaquecetuba	0,616	0,665	0,670	0,844	0,211	0,648
Limeira	0,684	0,761	0,730	0,852	0,353	0,719
Taubaté	0,701	0,778	0,783	0,883	0,393	0,746

Fonte: PNUD – Atlas do Desenvolvimento Humano Municipal, elaboração dos autores.

Em respeito ao desenvolvimento humano, todos os municípios em tela obtiveram considerável avanço entre os anos de 1991 a 2010, principalmente em relação à variável educação. De fato, sem exceções, os índices de desenvolvimento humano de educação evoluíram muito mais que a renda e a longevidade, contudo, ainda assim se constata que nos municípios de Carapicuíba, Guarujá e Itaquaquecetuba os índices de educação situaram-se bem abaixo dos demais.

Quanto ao IDH-renda, somente em Itaquaquecetuba registrou-se um índice ainda baixo em relação aos demais municípios.

Por fim, após examinar o conjunto selecionado de municípios paulistas segundo alguns de seus aspectos demográficos e socioeconômicos, verificamos o que aconteceu com a taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos de idade, conforme dados da tabela 16.

Tabela 16 – Taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos de idade nos municípios paulistas: 1980, 1990, 2000, 2009

Municípios	Taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos de idade			
	1980	1990	2000	2009
Bauru	9,05	21,54	22,92	15,65
Carapicuíba	45,89	89,41	96,14	38,08
Franca	12,59	13,60	11,55	14,29
Guarujá	29,64	53,53	140,36	46,44
Itaquaquecetuba	23,02	126,81	140,36	53,30
Limeira	14,99	12,20	36,49	4,19
Taubaté	28,71	34,73	46,66	46,04

Fonte: IPEADATA, elaboração do autores.

No ano de 1980 nos municípios de Bauru, Franca e Limeira, foram registrados as menores taxas de homicídios de jovens de 15 a 29 anos de idade, comparativamente aos demais municípios examinados. Todavia, de 1980 até o ano de 2000, constata-se, a exceção de Franca, considerável expansão, sobretudo nos municípios de Guarujá, Carapicuíba, Itaquaquecetuba e Taubaté.

Já em 2009, em comparação com o ano de 2000, a taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos de idade sofreu expressiva redução em Guarujá, Itaquaquecetuba, Carapicuíba e em Limeira, recuou em mais de 30% em Bauru, porém avançou no município de Franca e, praticamente quase que estabilizou-se em Taubaté. Mesmo assim, os municípios de Itaquaquecetuba, Guarujá, Taubaté e Carapicuíba ainda mantiveram taxas elevadas de homicídios entre a população jovem.

Embora o conjunto de indicadores não seja suficiente para uma análise mais minuciosa sobre os homicídios de jovens na faixa de 15 a 29 anos de idade, em alguma medida foi possível constatar que: a) os municípios de Carapicuíba, Guarujá e Itaquaquecetuba detinham o menor PIB per capita; b) a quantidade de jovens entre 15 a 29 anos de idade era maior nos municípios de Carapicuíba e Itaquaquecetuba; c) a porcentagem da população exposta à situação de alta e muito alta vulnerabilidade social era mais alta em Carapicuíba, Guarujá e Itaquaquecetuba; d) a taxa de desocupação da população entre 15 a 29 anos de idade era mais alta em Carapicuíba, Guarujá e Itaquaquecetuba e; e) o IDH-M de renda e de educação era mais baixo nos municípios de Carapicuíba, Guarujá e Itaquaquecetuba.

Para os municípios de Carapicuíba, Guarujá e Itaquaquecetuba, percebe-se que as condições sociais e econômicas teriam sido, em boa medida, determinantes para as elevadas taxas de homicídios entre jovens de 15 a 29 anos de idade que neles foram registradas. Entretanto, tais observações seriam mais conclusivas e, até mesmo, poderiam apontar alguma relação causal entre condições socioeconômicas e taxa de homicídios, não fosse a exceção encontrada em Taubaté, tendo em vista que as boas condições econômicas e sociais do município não foram suficientes para reduzir a taxa de homicídios entre jovens.

Em relação ao município de Franca, constatou-se avanço nos indicadores econômicos e sociais, entretanto, a taxa de homicídios entre jovens de 15 a 29 anos de idade comportou-se de forma mais regular entre os anos de 1980 a 2009, apesar de ter aumentado de 2000 para 2009 em 23,7%.

6 CONCLUSÕES

Embora a violência esteja associada em boa medida ao problema da desigualdade repartitiva da renda, da pobreza, da insuficiência de recursos e da qualidade dos serviços públicos essenciais de saúde e de educação oferecidos à população de renda baixa, é oportuno ressaltar que outros fatores contribuem para sua manifestação.

As dificuldades de interação social podem contribuir para que conflitos pessoais não sejam resolvidos pacificamente, sobretudo quando ainda sob efeito do álcool e do uso de drogas.

A impunidade, conjugada à corrosão do caráter das instituições responsáveis pela preservação da ordem pública, associadas ao crescente uso de armas, criam na sociedade enorme sensação de medo e insegurança.

Outro problema que agrava a situação social no país, notadamente a questão da violência, é a habitual terapia adotada pelos governantes, que via de regra, se baseia num receituário que privilegia de debelar o problema pelos seus efeitos, sem se preocupar em corrigir suas causas.

Enquanto a pobreza e a miséria forem consideradas como ônus para a sociedade, as oportunidades constituírem privilégio de poucos e, os mecanismos de reprodução da desigualdade perpetuarem-se, muito provavelmente, a violência terá poucas chances de recuar, especialmente para os jovens que se encontram no andar de baixo.

A ausência do Estado em territórios estigmatizados pela indiferença à pobreza, permitiu, que seu lugar passasse a ser preenchido por pseudo autoridades travestidas de poder protagonizadas por autênticas organizações ligadas ao tráfico e ao crime.

REFERÊNCIAS

BAENINGER, R. A.; PERES, R. G. Metrópoles Brasileiras no século 21. In: VII ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES: Migrações, Políticas Públicas e Desigualdades Regionais. Curitiba/PR. **Informe GEPEC**, v. 15, n. especial, p. 634-648. out. 2011.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID). **Global Study on Homicide – United Nations Office on Drugs and Crime**. United Nations Publications, 2013.

BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. **Pobreza multidimensional no Brasil**. Brasília: IPEA, out. 2006 (textos para discussão).

CERQUEIRA, D. R. C. et al. **Análise dos custos e consequências da violência no Brasil**. Brasília: IPEA, out. 2007 (textos para discussão).

FERREIRA, H.; ARAÚJO, H. E. Transições negadas: homicídios entre os jovens brasileiros. In: CAMARANO, A. M. (org.). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: IPEA, 2006. p. 291-317.

FRIDMAN, Fania. Rio de Janeiro: habitação e terra nos últimos vinte anos. In: PIQUET, R.; RIBEIRO, A. C. T. (orgs.). **Brasil território da desigualdade: descaminhos da modernização**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.: Fundação Universitária José Bonifácio, 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE).

INSTITUTO DE ESTUDOS DO TRABALHO E SOCIEDADE (IETS).

KLIKSBERG, Bernardo. Como enfrentar o crescimento da insegurança urbana na América Latina? As lógicas em conflito. In: SEN, A.; KLIKSBERG, B. **As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado**. Tradução de Bernardo Ajzenberg; Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia da Letras, 2010.

LOCKE, John. **Dois tratados sobre o governo**. Tradução Júlio Fischer. São Paulo: Martins Fontes, 1998. (Clássicos)

PERALVA, Angelina. **Violência e democracia: o paradoxo brasileiro**. São Paulo. Paz e Terra, 2000.

POCHMANN, Marcio. **O desafio da inclusão social no Brasil**. São Paulo: Publisher Brasil, 2004.

RATTNER, Henrique. **Planejamento e bem-estar-social**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

SAPOZNIKOW, J.; SALAZAR, J.; CARRILO, F. **Convivencia y seguridad: un reto a la gobernabilidad**. San Salvador, El Salvador: Banco Interamericano de Desarrollo / Universidad de Alcalá, 2000.

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos. Gov. Estado de São Paulo.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 14. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

SMITH, Adam. **Teoria dos sentimentos morais**. Tradução de Lya Luft; revisão Eunice Ostrensky. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Paidéia).

SORJ, B.; MARTUCCELLI, D. **O desafio latino-americano: coesão social e democracia.** Tradução de Renata Telles. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência dos municípios Brasileiros.** Secretaria Nacional de Juventude. Brasília / DF, 2008. Disponível em: www.mapadaviolencia.org.br

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência: homicídios e juventude no Brasil.** Secretaria Nacional de Juventude. Brasília / DF, 2013. Disponível em: www.mapadaviolencia.org.br

Artigo recebido em: 14/07/2015

Artigo aprovado em: 15/09/2015